

UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Processo Seletivo para Ocupação de Vagas Remanescentes nos Cursos de Graduação

— PROVOU 2016—

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. PROVAS: Este caderno contém a prova de conhecimentos gerais do PROVOU 2016, referente ao curso de **Direito**, do *campus* de Marechal Cândido Rondon, 3º ano, sendo constituída de 20 questões. Cada questão tem cinco alternativas, das quais somente uma está correta.

2. CARTÃO DE RESPOSTAS: A partir das **14:00** horas, você receberá o cartão de respostas personalizado com seu nome e número de inscrição. Verifique se estão corretos o nome e o número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, assine o cartão. Caso haja algum erro, notifique imediatamente o erro ao fiscal. Em seguida, leia as instruções para o correto preenchimento das respostas.

3. PREENCHIMENTO DO CARTÃO DE RESPOSTAS: Somente uma alternativa pode ser assinalada. Será anulada a questão sem alternativa assinalada ou com duas ou mais alternativas assinaladas. Para preencher, é necessário utilizar a caneta de tinta preta fornecida pelos fiscais, sendo vedado o uso de qualquer outro tipo de caneta.

4. PERMANÊNCIA NA SALA: É vedado sair da sala de provas antes das **15:00** horas, sob pena de desclassificação. O término da prova é às **17:00** horas, impreterivelmente, sob pena de desclassificação. Não há previsão de horário extra para o preenchimento do cartão de respostas.

5. ENTREGA DO MATERIAL E GABARITO: Ao retirar-se da sala, você deverá entregar o cartão de respostas.

6. Verifique agora se a impressão deste caderno está em ordem e se contém as vinte (20) questões que deve conter. **É de responsabilidade do candidato informar ao fiscal de sala os problemas de impressão para que ele providencie a troca de prova, caso contrário, não serão aceitas reclamações posteriores.**

7. DECLARO TER RECEBIDO O CARTÃO DE RESPOSTAS REFERENTE À INSCRIÇÃO ACIMA.

NOME DO FISCAL

ASSINATURA DO FISCAL

MARECHAL CÂNDIDO RONDON.PROVA.DIREITO.3ANO

1. De acordo com o método de interpretação jurídica desenvolvido por Recaséns Siches, o processo de investigação dos fatos, na ordem jurídica vigente, assegura maior satisfação e legitimidade na solução e na interpretação jurídica. Segundo a jurisprudência, a melhor interpretação do direito não se subordina servilmente ao texto legal nem se vale de raciocínios artificiais para enquadrar friamente os fatos em conceitos prefixados, mas se direciona para a solução justa. Essas definições correspondem ao método de interpretação jurídica denominado:

A.	Lógico-dedutivo.
B.	Hipotético-condicional.
C.	Lógica do razoável.
D.	Modo final de aplicação.
E.	Conflito normativo.

2. Acerca das espécies e dos métodos clássicos de interpretação adotados pela hermenêutica jurídica, assinale a opção CORRETA.

A.	A interpretação autêntica pressupõe que o sentido da norma é o fixado pelos operadores do direito, por meio da doutrina e jurisprudência.
B.	A interpretação lógica se caracteriza por pressupor que a ordem das palavras e o modo como elas estão conectadas são essenciais para se alcançar a significação da norma.
C.	A interpretação sistemática se caracteriza por pressupor que qualquer preceito normativo deverá ser interpretado em harmonia com as diretrizes gerais do sistema, preservando-se a coerência do ordenamento.
D.	A interpretação histórica se caracteriza pelo fato de que o significado da norma deve atender às características sociais do período histórico em que é aplicada.
E.	A interpretação axiológica pressupõe uma unidade objetiva de fins determinados por valores que coordenam o ordenamento, assim legitimando a aplicação da norma.

3. No tocante à obrigação natural, é CORRETO afirmar.

A.	Pode ser exigida judicialmente caso o devedor não a cumpra e não está sujeita à decadência ou prescrição.
B.	É inexigível, entretanto, depois de validamente cumprida não enseja repetição.
C.	Trata-se de uma consequência dos contratos bilaterais válidos.
D.	É sempre nula por ilicitude do objeto.
E.	Não encontra previsão no direito brasileiro.

4. Marque a alternativa FALSA.

A.	Capacidade de fato é a capacidade que todos possuem para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil.
B.	O prenome pode ser livremente escolhido, desde que não exponha o portador ao ridículo, caso em que os oficiais do Registro Público poderão recusar-se a registrá-lo.
C.	Antes da decretação judicial da interdição, pode um ato praticado por um amental ser considerado inválido, para tanto, deve-se provar, contudo, a insanidade e o conhecimento deste estado por parte do outro contratante, caso esse não tenha conhecimento do fato, o ato será considerado como válido.
D.	Entre os comorientes não ocorre transmissão de direitos (sucessão).
E.	Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

5. A emissão de título de crédito que não representa qualquer negócio, feita pelo marido, em favor de amigo, antes do divórcio, para prejudicar a mulher na partilha de bens, é passível de nulidade absoluta, por estar configurado/a	
A.	a simulação relativa.
B.	a reserva mental.
C.	a lesão.
D.	a simulação absoluta.
E.	o estado de perigo.

6. Joaquim, desejoso de tirar a vida da própria mãe, acaba causando a morte de uma tia (por confundi-la com aquela). Tendo como referência a situação acima, é CORRETO afirmar que Joaquim incorre em erro	
A.	de tipo essencial escusável – inevitável – e deverá responder pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente (haja vista que a vítima, de fato, não era a sua genitora).
B.	de tipo acidental na modalidade <i>error in persona</i> e deverá responder pelo crime de homicídio com a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente (mesmo que a vítima não seja, de fato, a sua genitora).
C.	de proibição e deverá responder pelo crime de homicídio qualificado pelo fato de ter objetivado atingir ascendente (preserva-se o dolo, independente da identidade da vítima).
D.	de tipo essencial inescusável – evitável –, mas não deverá responder pelo crime de homicídio qualificado, uma vez que a pessoa atingida não era a sua ascendente.
E.	de tipo inescusável – inevitável – e não responderá por homicídio, mas por lesão corporal seguida de morte.

7. A respeito de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, assinale a opção CORRETA.	
A.	A participação, no concurso de pessoas, é considerada hipótese de tipicidade mediata ou indireta.
B.	Elemento subjetivo especial é aquele que depende de uma interpretação jurídica, como ocorria em relação ao conceito de mulher honesta, atualmente não mais previsto na legislação penal.
C.	No caso de legítima defesa de direito de terceiro, é necessária a prévia autorização desse para que a conduta do agente não seja ilícita.
D.	O Código Penal (CP) adota a teoria psicológico-normativa da culpabilidade, para a qual a culpabilidade não é requisito do crime, mas, sim, pressuposto de aplicação da pena.
E.	Se o bem jurídico tutelado pela norma penal for disponível, independente da capacidade da vítima, o consentimento do ofendido constitui causa suprallegal de exclusão da ilicitude.

8. João instigou Léo a quebrar o braço de Rui, para que esse não participasse de competição de luta. Léo começou a bater em Rui e resolveu espancá-lo até a morte. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção CORRETA.	
A.	João e Léo responderão pelo crime de homicídio doloso, porque este foi o resultado final da conduta instigada por João.
B.	João não responderá pela prática de crime, pois a instigação não é punível no ordenamento jurídico brasileiro, exceto quando expressamente prevista no tipo legal.
C.	Léo responderá como autor de homicídio culposo e João, como mandante.
D.	João responderá pelo crime de lesão corporal, porque quis participar de crime menos grave do que o cometido por Léo.
E.	João e Léo responderão pelo crime de lesão corporal seguida de morte, porque assumiram o risco de produzir o resultado morte.

9. Denominamos Direito Internacional Privado o conjunto de princípios que determinam a lei aplicável às relações jurídicas entre pessoas pertencentes a Estados ou Territórios diferentes, aos atos praticados em países estrangeiros e, em suma, a todos os casos em que devemos aplicar a lei de um Estado no território de outro. Com base no fragmento de texto acima, é CORRETO afirmar.	
A.	A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
B.	O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se somente perante autoridades brasileiras.
C.	O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que foi celebrado o casamento.
D.	Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país onde ela deverá ser cumprida.
E.	A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que a pessoa falecer ou o desaparecido for visto pela última vez, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

10. Tratados são, por excelência, normas de direito internacional público. No modelo jurídico brasileiro, como nas demais democracias modernas, tratados passam a integrar o direito interno estatal, após a verificação de seu <i>iter</i> de incorporação. A respeito dessa temática, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção CORRETA.	
A.	Uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados passam, de imediato, a compor o direito brasileiro.
B.	Aprovados por decreto legislativo no Congresso Nacional, os tratados podem ser promulgados pelo Presidente da República.
C.	Uma vez firmados, os tratados relativos ao MERCOSUL, ainda que criem compromissos gravosos à União, são automaticamente incorporados visto que são aprovados por parlamento comunitário.
D.	Após firmados, os tratados passam a gerar obrigações imediatas, não podendo os Estados se eximir de suas responsabilidades por razões de direito interno.
E.	A extinção de um tratado por ab-rogação ocorre sempre que a intenção terminativa emana de uma das partes por ele obrigadas.

11. Em razão de sua natureza descentralizada, o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes de direito diferentes daquelas admitidas no direito interno. Qual fonte, entre as listadas a seguir, não pode ser considerada fonte de direito internacional?	
A.	Tratados.
B.	Normas consuetudinárias.
C.	Princípios gerais de direito.
D.	Atos emanados de organizações internacionais.
E.	Decisões de tribunais constitucionais dos Estados.

12. No que se refere ao direito da propriedade industrial, assinale a opção CORRETA.	
A.	Se um pesquisador desenvolve método de diagnóstico para aplicação no corpo humano, completamente desconhecido da comunidade técnica, científica e industrial, ele deve patentear esse método, para evitar plágio.
B.	O modelo de utilidade, conhecido como design ou desenho industrial, suscetível de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, corresponde a um novo formato dado ao objeto original que resulta em melhores condições de uso ou fabricação.
C.	A patenteabilidade das invenções está sujeita aos requisitos da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial e à inexistência de impedimento legal com relação à invenção.
D.	No Brasil, o registro de qualquer marca tem como requisito a novidade absoluta.
E.	O registro de uma marca tem como efeito o surgimento de direito real em favor do seu titular, que não é suscetível de caducidade e não se extingue com o decurso do tempo nem por falta de uso.

13. A sociedade que possui um sócio oculto (que não aparece perante terceiros) e um sócio ostensivo, em nome do qual são realizadas todas as atividades, é chamada de	
A.	Sociedade não personificada.
B.	Sociedade em conta de participação.
C.	Sociedade oculta.
D.	Sociedade anônima.
E.	Sociedade limitada.

14. A sociedade em que cada sócio entra com uma parcela de capital social, ficando responsável diretamente pela integralização da cota que subscreveu no contrato social é a	
A.	Sociedade em nome coletivo.
B.	Sociedade em comandita simples.
C.	Sociedade em conta de participação.
D.	Sociedade limitada.
E.	Sociedade anônima.

15. Na hipótese do juízo prévio, exercido em ambos os casos pela Assembleia Legislativa, admitir processar o Governador do Estado por crime comum e por crime de responsabilidade, tais julgamentos serão submetidos	
A.	ambos à Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
B.	respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça e à Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
C.	respectivamente, ao Tribunal de Justiça e à Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
D.	ambos ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
E.	ambos ao Superior Tribunal de Justiça.

16. Considerando que o art. 30, inc. III, da Constituição Federal, discrimina que aos Municípios compete “ <i>instituir e arrecadar os tributos de sua competência</i> ”, e os artigos 145 e 156 atribuem aos Municípios competência para instituir seus tributos, referida competência legislativa é classificada como	
A.	Privativa.
B.	Exclusiva.
C.	Concorrente.
D.	Comum, cumulativa ou paralela.
E.	Suplementar.

17. O reconhecimento de iguais direitos aos homossexuais e a igual valoração jurídica das relações afetivas e eróticas entre pessoas do mesmo sexo	
A.	dependem de modificação constitucional através de manifestação do Poder Constituinte Derivado, uma vez que o inciso IV do art. 3º não previu a discriminação por orientação sexual.
B.	ferem o princípio democrático e a regra da maioria, já que o Direito, ao determinar ou escolher uma moral, deve privilegiar a moral da maioria.
C.	decorrem do sistema constitucional de direitos e garantias fundamentais, que proíbe quaisquer formas de discriminação e garante a dignidade da pessoa humana.
D.	estão sujeitos à evolução social e cultural da sociedade em que vivemos, uma vez que para o “homem comum” as práticas homossexuais são antinaturais e contrariam as convicções religiosas compartilhadas.
E.	necessitam de legislação infraconstitucional para efetivação, pois as normas constitucionais incidentes são de eficácia limitada.

18. Ministro de Estado não expede, no prazo de trinta dias, fixado pela lei competente, certidão requerida por entidade para esclarecimento de situação de interesse próprio e para defesa de seus direitos. Ante a omissão da autoridade, cabe à entidade ajuizar	
A.	mandado de segurança individual.
B.	mandado de segurança coletivo.
C.	<i>Habeas data.</i>
D.	mandado de injunção.
E.	ação civil pública.

19. O art. 170 da Constituição Federal, ao indicar a livre iniciativa como fundamento da ordem econômica, está assegurando que	
A.	as leis de intervenção do Estado na economia não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, e podem ser propostas por qualquer pessoa do povo.
B.	o Estado não pode, através de empresa pública ou de sociedade de economia mista, explorar diretamente atividade econômica.
C.	o Estado pode atuar como agente normativo da atividade econômica, mas não pode planejar o desenvolvimento nacional.
D.	a lei não pode condicionar o exercício de atividade econômica à prévia autorização de um órgão público.
E.	os particulares têm o direito de exploração de atividade econômica, desde que observadas as normas constitucionais e legais.

20. A Constituição Federal, no artigo 195, § 7º, diz: <i>Art. 195. [...].</i> <i>§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigências estabelecidas em lei.</i> Tal hipótese é de	
A.	Imunidade tributária.
B.	Isenção tributária.
C.	Incidência tributária.
D.	Não incidência tributária.
E.	Isonomia tributária.